

Fundo Municipal de Saúde de Pombos - 2021

Rua Joaquim Falcão, - centro
Pombos/PE - CEP: 55630-000
CNPJ Nº: 07.781.699/0001-13 Telefone:

Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64
2021



Documento Assinado eletronicamente pelo CILVAN RODRIGUES TORRES, MANOEL MARCOS ALVES FERREIRA
Acesse em: https://e-cic.pe.gov.br/pepp/vvalidadoc.seam Código do documento: a7e697db-3e94-447e-8fe7-4d89fc72b6a7

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
	(a)	(b)	(c)	(d) = (c - b)
Receitas Correntes (I) (Nota 1)	13.048.500,00	13.048.500,00	8.680.592,25	-4.367.907,75
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	60.500,00	60.500,00	5.848,54	-55.651,46
Impostos	-	-	-	-
Taxas	60.500,00	60.500,00	5.848,54	-55.651,46
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-
Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições Econômicas	-	-	-	-
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação	-	-	-	-
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	168.300,00	168.300,00	54.464,92	-113.835,08
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	168.300,00	168.300,00	54.464,92	-113.835,08
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	12.769.700,00	12.769.700,00	8.612.151,49	-4.157.548,51

Fundo Municipal de Saúde de Pombos - 2021

Rua joaquim Falcão, - centro
Pombos/PE - CEP: 55630-000
CNPJ Nº: 07.781.699/0001-13 Telefone:

Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64
2021



Documento Assinado digitalmente por: CILVAN RODRIGUES TORRES, MANOEL MARCOS ALVES FERREIRA
Acesse em: https://eod.cce.gov.br/epp/validarDoc.seam?codigo_documento=12697db3e9447e8fe74d89fc72b6a7

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
	(a)	(b)	(c)	(d) = (c - b)
Transferências da União e de suas Entidades	12.421.700,00	12.421.700,00	8.446.261,86	-3.975.438,14
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	348.000,00	348.000,00	165.889,63	-182.110,37
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	-
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	50.000,00	50.000,00	8.127,30	-41.872,70
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	50.000,00	50.000,00	8.127,30	-41.872,70
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
Receitas de Capital (II) (Nota 2)	2.232.000,00	2.232.000,00	-	-2.232.000,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	2.232.000,00	2.232.000,00	-	-2.232.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	2.081.000,00	2.081.000,00	-	-2.081.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	151.000,00	151.000,00	-	-151.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-

Fundo Municipal de Saúde de Pombos - 2021

Rua joaquim Falcão, - centro
Pombos/PE - CEP: 55630-000
CNPJ Nº: 07.781.699/0001-13 Telefone:

Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64
2021



Documento Assinado Digitalmente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, MANOEL MARCOS ALVES FERREIRA
Acesse em: <https://e-cite.pe.gov.br/epj/vvalidadoc.seam> Código do Documento: a7e697db-3e94-447e-8466-5d89f7256a7

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
	(a)	(b)	(c)	(d) = (c - b)
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	-
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização de Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	15.280.500,00	15.280.500,00	8.680.592,25	-6.599.907,75
Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV) (Nota 3)	15.280.500,00	15.280.500,00	8.680.592,25	-6.599.907,75
DÉFICIT (VI) (Nota 7)	-	-	12.507.477,30	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	15.280.500,00	15.280.500,00	21.188.069,55	-
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-
(Utilizados para Créditos Adicionais)	-	-	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

[illegible]

Anexo 12, Lei nº 4.320/64
2021

Página 4

Fundo Municipal de Saúde de Pombos - 2021

Rua joaquim Falcão, - centro
Pombos/PE - CEP: 55630-000
CNPJ Nº: 07.781.699/0001-13 Telefone:

Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64
2021



Documento Assinado Digitalmente por: J. R. RODRIGUES TORRES, MANOEL MARCOS ALVES FERREIRA
Acesse em: <https://portal.cil.br/epj/vd/validarDoc.seam?Codigo do documento: a7e697d0-3e94-447e-8fe7-dd89fc7266a7>

Execução de Restos a Pagar Não Processados	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a + b - c - d - e)
Despesas Correntes	216.829,65	-	-	-	-	216.829,65
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	216.829,65	-	-	-	-	216.829,65
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL (Nota 8)	216.829,65	-	-	-	-	216.829,65

Fundo Municipal de Saúde de Pombos - 2021

Rua joaquim Falcão, - centro
Pombos/PE - CEP: 55630-000
CNPJ Nº: 07.781.699/0001-13 Telefone:

Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64
2021



Documento Assinado Digitalmente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, MANOEL MARCOS ALVES FERREIRA
Acesse em: <https://eetce.te.pe.br/validaDoc.seam> Código do documento: a7e697d0-3e94-447e-8fe7-dd89fc7266a7

Execução de Restos a Pagar Processados	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b - c - d)
Despesas Correntes	2.069.353,54	-	-	-	2.069.353,54
Pessoal e Encargos Sociais	458.325,21	-	-	-	458.325,21
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.611.028,33	-	-	-	1.611.028,33
Despesas de Capital	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL (Nota 9)	2.069.353,54	-	-	-	2.069.353,54

Sandra Simone da Silva Magalhães
Secretária de Saúde
CPF 684.222.534-53

Gilvan Rodrigues Torres
Contador
CRC 012819

Documento Assinado Digitalmente por: GIL VAN RODRIGUES TORRES, Membro da Comissão de Ética do Conselho Nacional de Educação - CNE/CES, inscrita no CNPJ nº 07.697.080-3, e-mail: gilvan@cne.educacao.gov.br, CPF nº 08.721.180-0, nº 7566427.

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, recursos

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de depreciação ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a taxa cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

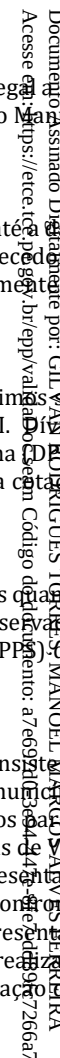
As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos do município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alteração significativas no Balanço Orçamentário.

Não houve julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orcamentário.

c.1. Orçamento do município de Pombos – Exercício de 2021



A receita orçamentária prevista para o exercício de 2021 foi de R\$ 15.280.500,00 e a despesa foi fixada no valor de R\$ 15.280.500,00, ocorreram atualizações por meios de decretos de suplementações orçamentárias, basicamente por convênios firmados com órgãos do governo federal e estadual, bem como por remanejamento de dotações orçamentárias visando adequar a realidade dos órgãos sobrecarregados, resultando em uma previsão atualizada de R\$ 21.228.500,00, assim distribuídas:

Lei Orçamentária			
RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)	DESPESA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)
RECEITAS CORRENTES	13.048.500,00	DESPESAS CORRENTES	14.847.500,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.232.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	433.000,00
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA E DO RPPS	0,00
TOTAL	15.280.500,00	TOTAL	15.280.500,00

c.2. Notas com Referenciadas Cruzadas

A seguir serão apresentadas as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos usuários.

Nota 1: Receitas Correntes

A previsão de arrecadação de receitas corrente da entidade para o exercício de 2021 foi de R\$ 13.048.500,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 8.680.592,25, o que representa um déficit de arrecadação corrente de R\$ 4.367.907,75.

Nota 2: Receitas de Capital

A previsão de arrecadação de receitas de capital da entidade para o exercício de 2021 foi de R\$ 2.232.000,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 0,00, o que representa um déficit de arrecadação corrente de R\$ 2.232.000,00.

Nota 3: Total das Receitas

O total de receitas previstas para o exercício de 2021 conforme Lei Orçamentária Anual foi de R\$ 15.280.500,00 sendo arrecadado o valor de R\$ 8.680.592,25 o que gerou um déficit de arrecadação de R\$ 6.599.907,75. Desta forma, o coeficiente geral de arrecadação foi de 56,81%.

Nota 4: Despesas Correntes

As despesas correntes fixadas para o exercício de 2021 foram de R\$ 14.847.500,00, atualizada pelos créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 20.360.825,00, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 20.322.732,90. As liquidações totalizaram R\$ 20.322.732,90, sendo pagos o montante de R\$ 20.322.732,90, restando de economia orçamentária corrente no valor de R\$ 38.092,10.

Nota 5: Despesas de Capital

As despesas de capital fixadas para o exercício de 2021 foram de R\$ 433.000,00, atualizada pelos créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 867.675,00, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 865.336,65. As liquidações totalizaram R\$ 514.336,65, sendo pagos o montante de R\$ 514.336,65, restando de economia orçamentária de capital no valor de R\$ 2.338,35.

Nota 6: Total das Despesas

A despesa total autorizada para o exercício de 2021 foi de R\$ 15.280.500,00 somando-se os créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 21.228.500,00. O valor total empenhado foi de R\$ 21.188.069,55 liquidado R\$ 20.837.069,55, e o pago R\$ 20.837.069,55. A economia orçamentária foi de R\$ 40.430,45. O coeficiente de execução foi de 99,81%.

Nota 7: Resultado Orçamentário

A execução orçamentária compara as receitas arrecadadas R\$ 8.680.592,25, menos as despesas empenhadas R\$ 21.188.069,55, houve um déficit de execução orçamentária na ordem de R\$ 12.507.477,30. É necessário deixar evidente que este demonstrativo em sua estrutura definida em lei reflete apenas o aspecto orçamentário.

Orçamento	
Receita	
Realizada	8.680.592,25
Prevista	15.280.500,00
(=) Excesso de Arrecadação	-6.599.907,75
Despesa	
Realizada	21.188.069,55
Previsto	21.228.500,00
(=) Economia Orçamentária	40.430,45
Resultado	



Documento Assinado Digitalmente por: GILVAN RODRIGUES TORRES e MANOEL MARCOS ALVES FERREIRA
 Acesse em: <https://etecfpe.pe.gov.br/epp/validarDoc/seam/Codigo-do-documento:a7e69720-3e94-4476-b3fe7-dd89fc7266a7>

(+) Receita Realizada	8.680.592,25
(-) Despesa Executada	21.188.069,55
(=) Superávit / Déficit de Execução	-12.507.477,30



Nota 8: Execução de Restos a Pagar Não Processados

Os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizam R\$ 216.829,65, e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior R\$ 0,00. Desde montante foram pagos R\$ 0,00 e cancelados R\$ 0,00, restando de saldo a pagar R\$ 216.829,65

Nota 9: Execução de Restos a Pagar Processados

Os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizam R\$ 2.069.353,54, e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior R\$ 0,00. Desde montante foram pagos R\$ 0,00 e cancelados R\$ 0,00, restando de saldo a pagar R\$ 2.069.353,54

c.3. Procedimentos adotados em relação aos Restos a Pagar Não Processados Liquidados

Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP.

c.4. Utilização do Superávit Financeiro e/ou Reabertura de Créditos Especiais ou Extraordinários

Não houve abertura de crédito adicional utilizando a fonte de equilíbrio Superávit Financeiro o que justificaria possível desequilíbrio orçamentário. Não houve também a reabertura de saldos de dotações devido a créditos adicionais especiais ou extraordinário abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2020.

c.1. Detalhamento das Receitas Intra-Orçamentárias

Foi arrecadado no exercício de 2021 o valor de R\$ 0,00, decorrentes de receitas intra-orçamentárias auferidas entre a PM e o Regime Próprio de Previdência Municipal.

RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITA REALIZADA (c)	SALDO A REALIZAR (d) = (c)-(b)
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

c.2. Detalhamento das Despesas Intra-Orçamentárias

No exercício de 2021 o valor empenhado de despesas intraorçamentárias foi de R\$ 978.542,66, decorrentes das contribuições previdenciárias em favor do Regime Próprio de Previdência.

DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e)-(f)
DESPESAS CORRENTES	626.000,00	980.500,00	978.542,66	978.542,66	978.542,66	1.957,34
DESPESAS DE CAPITAL	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	627.500,00	980.500,00	978.542,66	978.542,66	978.542,66	1.957,34

c.3. Despesa Executada por Tipo de Crédito (Inicial, Suplementar, Especial e Extraordinário)

Das dotações orçamentárias iniciais somados com os créditos suplementares foi empenhado o valor de R\$ 21.188.069,55

TIPOS DE CRÉDITO	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e)-(f)
INICIAL	15.280.500,00	15.280.500,00	13.300.708,04	13.299.708,04	13.299.708,04	1.979.791,96
SUPLEMENTAR	0,00	6.317.775,00	4.515.930,84	4.515.930,84	4.515.930,84	1.801.844,16
ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXTRAORDINÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMANEJAMENTO	0,00	5.948.450,00	3.371.430,67	3.021.430,67	3.021.430,67	2.577.019,33
TOTAL	15.280.500,00	27.546.725,00	21.188.069,55	20.837.069,55	20.837.069,55	6.358.655,45

c.4. Atualização monetária autorizadas por lei antes e após a publicação da LOA

Não houve atualização monetária autorizadas por lei utilizadas neste demonstrativo.

c.5. Detalhamento dos Recursos de Exercícios Anteriores utilizados para financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente

As disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa vindas do exercício de 2020 foram de R\$ 1.820.462,38. Destes valores vindos do exercício anterior, quanto aos recursos próprios, foram utilizados para realização de despesas orçamentárias do exercício corrente, enquanto os recursos vinculados obedeceram às regras definidas em legislação própria.

c.6. Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas para dar suporte ao Déficit Orçamentário:

As transferências financeiras concedidas somam R\$ 70.342,38. Enquanto as recebidas somam R\$ 11.650.045,97, estas ingressas a título de repasses recebidos, para o exercício financeiro de 2021.

d) Outras Informações Relevantes

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Não se aplica a este demonstrativo.

d.2. Divulgações não financeiras

Não se aplica a este demonstrativo.

d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

Sandra Simone da Silva Magalhães

Cargo: Secretária de Saúde

CPF: 684.222.534-53

Gilvan Rodrigues Torres

Contador, CRC 012819



Documento Assinado Digitalmente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, MANOEL MARCOS ALVES FERREIRA
Assinatura em: https://etce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.aspx?Codigo=documento:a7e697d0-3e94-447e-8fe7-dd89fc7266a7

Fundo Municipal de Assistência Social de Pombos - 2021

Rua Joaquim Falcão, - centro
Pombos/PE - CEP: 55630-000
CNPJ Nº: 07.781.713/0001-89 Telefone:

Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64
2021



Documento Assinado digitalmente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, MUNICÍPIO DE POMBOS, PE, em 17/07/2021 às 14:55:07. Código do Documento: 3e94-447-e-8fe7-dd69fc7266a7

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
	(a)	(b)	(c)	(d) = (c - b)
Receitas Correntes (I) (Nota 1)	3.568.500,00	3.568.500,00	425.718,05	-3.142.781,95
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-
Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições Econômicas	-	-	-	-
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação	-	-	-	-
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	57.000,00	57.000,00	3.494,30	-53.505,70
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	57.000,00	57.000,00	3.494,30	-53.505,70
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	3.490.500,00	3.490.500,00	422.223,75	-3.068.276,25

Fundo Municipal de Assistência Social de Pombos - 2021

Rua Joaquim Falcão, - centro
Pombos/PE - CEP: 55630-000
CNPJ Nº: 07.781.713/0001-89 Telefone:

Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64
2021



Documento Assinado Digitalmente por: CILVANO RODRIGUES TORRES, MANOEL MARCOS ALVES FERREIRA
Acesse em: https://e-dsf.ce.gov.br/dsf/validar_documento.asp?codigo_documento=7e697db-3e94-447e-8fe7-dd89fc7266a7

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
	(a)	(b)	(c)	(d) = (c - b)
Transferências da União e de suas Entidades	3.332.500,00	3.332.500,00	422.223,75	-2.910.276,25
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	113.000,00	113.000,00	-	-113.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	25.000,00	25.000,00	-	-25.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	20.000,00	20.000,00	-	-20.000,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	21.000,00	21.000,00	-	-21.000,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	21.000,00	21.000,00	-	-21.000,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
Receitas de Capital (II) (Nota 2)	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências da União e de suas Entidades	-	-	-	-
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	-	-	-
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-

Fundo Municipal de Assistência Social de Pombos - 2021

Rua Joaquim Falcão, - centro
Pombos/PE - CEP: 55630-000
CNPJ Nº: 07.781.713/0001-89 Telefone:

Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64
2021



Documento Assinado Digitalmente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, MANOEL MARCOS ALVES FERREIRA
Acesse em: https://e-cite.pe.gov.br/epj/validarDoc.shtm Código do Documento: a7e697db-3e94-447e-8f1c-dd69fc7266a7

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
	(a)	(b)	(c)	(d) = (c - b)
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	-
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização de Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	3.568.500,00	3.568.500,00	425.718,05	-3.142.781,95
Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV) (Nota 3)	3.568.500,00	3.568.500,00	425.718,05	-3.142.781,95
DÉFICIT (VI) (Nota 7)	-	-	1.259.988,58	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	3.568.500,00	3.568.500,00	1.685.706,63	-
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-
(Utilizados para Créditos Adicionais)	-	-	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

Fundo Municipal de Assistência Social de Pombos - 2021

Rua Joaquim Falcão, - centro
Pombos/PE - CEP: 55630-000
CNPJ Nº: 07.781.713/0001-89 Telefone:

Balço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64
2021



Documento Assinado Digitalmente por: J. VAN RODRIGUES TORRES, MANOEL MARCOS ALVES FERREIRA
Acesse em: https://eodas.tre.gov.br/pe/portal/assinatura/verificacao.do?documento=a7e697db-3e94-447e-84f1-dd68f2256a7

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j) = (f - g - h - i)
Despesas Correntes (VIII) (Nota 4)	3.341.500,00	3.167.500,00	1.669.703,76	1.669.703,76	1.669.703,76	1.497.796,24
Pessoal e Encargos Sociais	1.603.500,00	1.522.500,00	926.194,67	926.194,67	926.194,67	596.305,33
Juros e Encargos da Dívida	2.600,00	2.600,00	-	-	-	2.600,00
Outras Despesas Correntes	1.735.400,00	1.642.400,00	743.509,09	743.509,09	743.509,09	891.890,91
Despesas de Capital (IX) (Nota 5)	227.000,00	201.000,00	16.002,87	16.002,87	16.002,87	184.997,13
Investimentos	219.000,00	193.000,00	16.002,87	16.002,87	16.002,87	172.997,13
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	8.000,00	8.000,00	-	-	-	8.000,00
Reserva de Contingência (X)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	3.568.500,00	3.368.500,00	1.685.706,63	1.685.706,63	1.685.706,63	1.682.793,37
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII) (Nota 6)	3.568.500,00	3.368.500,00	1.685.706,63	1.685.706,63	1.685.706,63	1.682.793,37
SUPERÁVIT (XIV) (Nota 7)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	3.568.500,00	3.368.500,00	1.685.706,63	1.685.706,63	1.685.706,63	1.682.793,37
Reserva do RPPS	-	-	-	-	-	-

Fundo Municipal de Assistência Social de Pombos - 2021

Rua Joaquim Falcão, - centro
Pombos/PE - CEP: 55630-000
CNPJ Nº: 07.781.713/0001-89 Telefone:

Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº 4.320/64
2021



Documento Assinado Digitalmente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, MANOEL MARCOS ALVES FERREIRA
Acesse em: <https://pcc.cpe.br/epj/va/13aDoc/seam/Código-do-documento:a7e697d0-3e94-447e-8fe7-dd89fc7266a7>

Execução de Restos a Pagar Não Processados	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a + b - c - d - e)
Despesas Correntes	49.137,52	-	-	-	-	49.137,52
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	49.137,52	-	-	-	-	49.137,52
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL (Nota 8)	49.137,52	-	-	-	-	49.137,52

Fundo Municipal de Assistência Social de Pombos - 2021

Rua Joaquim Falcão, - centro
Pombos/PE - CEP: 55630-000
CNPJ Nº: 07.781.713/0001-89 Telefone:

Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64
2021



Documento Assinado Digitalmente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, MANOEL MARCOS ALVES FERREIRA
Acesse em: <https://eetce.te.pb.gov.br/epj/validaDoc.jsam> Código do documento: a7e697d0-3e94-447e-8fe7-dd89fc7266a7

Execução de Restos a Pagar Processados	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b - c)
Despesas Correntes	-	625,00	625,00	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	625,00	625,00	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL (Nota 9)	-	625,00	625,00	-	-

Manasséis Braz Bezerra
Secretário de Ação Social
CPF 064.474.434-08

Gilvan Rodrigues Torres
Contador
CRC 012819

Fundo Municipal de Assistência Social de Pombos

Nota Explicativa

Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº 4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, MANOEL MARCOS SAVAL DE ARAÚJO
Acesse em: <https://etce.tce-pe.gov.br/epyp/validaDoc.seam> Código do documento: 769740-3e817644-8e7c-7c09-77266a7

a) Informações Gerais

a.1. Nome da entidade

Fundo Municipal de Assistência Social de Pombos

CNPJ: 07.781.713/0001-89

a.2. Domicílio da entidade

Rua Joaquim Falcão,
centro, Pombos – PE
CEP: 55630-000

a.3. Dados do gestor

Manassés Braz Bezerra
Cargo: Secretário de Ação Social
CPF: 064.474.434-08

a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

Gilvan Rodrigues Torres
CRC: 012819

a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O Fundo Municipal de Assistência Social de Pombos concebido quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 133-3 “Fundo Público da Administração Direta Municipal” possui como atividade principal “Administração Pública em Geral”. Durante o exercício de 2021 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 954 de 2021 (LOA 2021). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 877/2018, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07 (atualizado em Janeiro/2020). Os registros contábeis são aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidades do Município de Pombos:

Fundo Municipal de Assistência Social de Pombos

b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas

b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, recursos

arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para ajustes adicionais). Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reserva para RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit. Já os restos a pagar são evidenciados por um quadro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e não processados liquidados e inclui no quadro da execução dos restos a pagar não processados constando: os restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo. Este demonstrativo demonstra em termos de equilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas e as contas-mães dos grupos de contas.

b.2. Bases de mensuração utilizadas

Quanto ao sistema orçamentário, de acordo com art. 35 da Lei no 4.320/64 e NBCASP, será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas. O orçamento para o exercício de 2021 seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento, as receitas serão apresentadas por natureza e as despesas serão utilizadas a classificação funcional e por natureza. As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Portaria nº 1 – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 8ª edição. Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinado no MCASP.

Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1. O caixa e equivalente de caixa

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituintes”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4. Estoques

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, os bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2020, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2020, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.



Assinado eletronicamente por: GILVANA RODRIGUES TORRES MANOEL MARCOS ALVES DE ANDRADE
Data e hora: 2021/01/20 14:47:00
URL: https://etcc.ouvidor.br/ep/validar/13589800-3e94-4470-b572-91d8f7206a7

b.2.7. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução do valor recuperável do intangível.

b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9. Passivo circulante e não circulante

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecimentos e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acréscimo dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a taxa de câmbio da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12. Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível registrar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração de Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alteração significativas no Balanço Orçamentário.

b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Não houve julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário.

c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas

c.1. Orçamento do município de Pombos – Exercício de 2021



Documento assinado digitalmente por: GIL VIANA DE SOUZA, Diretor Geral de Planejamento e Controle Gerencial, em 14/07/2021 às 14:44:59. Código de Verificação: a7e69920b6a7206a7

A receita orçamentária prevista para o exercício de 2021 foi de R\$ 3.568.500,00 e a despesa foi fixada no valor de R\$ 3.568.500,00, ocorreram atualizações por meios de decretos de suplementações orçamentárias basicamente por convênios firmados com órgãos do governo federal e estadual, bem como por remanejamento de dotações orçamentárias visando adequar a realidade dos órgãos solicitantes, resultando em uma previsão atualizada de R\$ 3.368.500,00, assim distribuídas:

Lei Orçamentária			
RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)	DESPESA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)
RECEITAS CORRENTES	3.568.500,00	DESPESAS CORRENTES	3.343.500,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	227.000,00
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA E DO RPPS	0,00
TOTAL	3.568.500,00	TOTAL	3.568.500,00

c.2. Notas com Referenciadas Cruzadas

A seguir serão apresentadas as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos usuários:

Nota 1: Receitas Correntes

A previsão de arrecadação de receitas corrente da entidade para o exercício de 2021 foi de R\$ 3.568.500,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 425.718,05, o que representa um déficit de arrecadação corrente de R\$ 3.142.781,95.

Nota 2: Receitas de Capital

A previsão de arrecadação de receitas de capital da entidade para o exercício de 2021 foi de R\$ 0,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 0,00, o que representa um déficit de arrecadação corrente de R\$ 0,00.

Nota 3: Total das Receitas

O total de receitas previstas para o exercício de 2021 conforme Lei Orçamentária Anual foi de R\$ 3.568.500,00 sendo arrecadado o valor de R\$ 425.718,05o que gerou um déficitde arrecadação de R\$ 3.142.781,95. Desta forma, o coeficiente geral de arrecadação foi de 11,93%.

Nota 4: Despesas Correntes

As despesas correntes fixadas para o exercício de 2021 foram de R\$ 3.341.500,00, atualizada pelos créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 3.167.500,00, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 1.669.703,76. As liquidações totalizaram R\$ 1.669.703,76, sendo pagos o montante de R\$ 1.669.703,76, restando de economia orçamentária corrente no valor de R\$ 1.497.796,24

Nota 5: Despesas de Capital

As despesas de capital fixadas para o exercício de 2021 foram de R\$ 227.000,00, atualizada pelos créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 201.000,00, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 16.002,87. As liquidações totalizaram R\$ 16.002,87, sendo pagos o montante de R\$ 16.002,87, restando de economia orçamentária de capital no valor de R\$ 184.997,13

Nota 6: Total das Despesas

A despesa total autorizada para o exercício de 2021 foi de R\$ 3.568.500,00 somando-se os créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 3.368.500,00. O valor total empenhado foi de R\$ 1.685.706,63, o liquidado R\$ 1.685.706,63, e o pago R\$ 1.685.706,63. A economia orçamentária foi de R\$ 1.682.793,37. O coeficiente de execução foi de 50,04%.

Nota 7: Resultado Orçamentário

A execução orçamentária compara as receitas arrecadadas R\$ 425.718,05, menos as despesas empenhadas R\$ 1.685.706,63, houve um déficit de execução orçamentária na ordem de R\$ 1.259.988,58, necessário deixar evidente que este demonstrativo em sua estrutura definida em lei reflete apenas o aspecto orçamentário.

Orçamento	
Receita	
Realizada	425.718,05
Prevista	3.568.500,00
(=) Excesso de Arrecadação	-3.142.781,95
Despesa	
Realizada	1.685.706,63
Previsto	3.368.500,00
(=) Economia Orçamentária	1.682.793,37
Resultado	



Documento Assinado Eletronicamente por: GIL VAN RODRIGUES TORRES, MANOEL MARCOS ALVES FERREIRA, Documentalmente por: GIL VAN RODRIGUES TORRES, MANOEL MARCOS ALVES FERREIRA, Acesso em: <https://eicetec-p.e-gov.br/epv/validarDoc.seam> Código do documento: a7e69720-3e94-447e-8f8e-4dd89f5266a7

(+) Receita Realizada	425.718,05
(-) Despesa Executada	1.685.706,63
(=) Superávit / Déficit de Execução	-1.259.988,58



Nota 8: Execução de Restos a Pagar Não Processados

Os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizam R\$ 49.137,52, e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior R\$ 0,00. Desde montante foram pagos R\$ 0,00 e cancelados R\$ 0,00, restando de saldo a pagar R\$ 49.137,52

Nota 9: Execução de Restos a Pagar Processados

Os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizam R\$ 0,00, e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior R\$ 625,00. Desde montante foram pagos R\$ 625,00 e cancelados R\$ 0,00, restando de saldo a pagar R\$ 0,00

c.3. Procedimentos adotados em relação aos Restos a Pagar Não Processados Liquidados

Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP.

c.4. Utilização do Superávit Financeiro e/ou Reabertura de Créditos Especiais ou Extraordinários

Não houve abertura de crédito adicional utilizando a fonte de equilíbrio Superávit Financeiro o que justificaria possível desequilíbrio orçamentário. Não houve também a reabertura de saldos de dotações devido a créditos adicionais especiais ou extraordinário abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2020.

c.1. Detalhamento das Receitas Intra-Orçamentárias

Foi arrecadado no exercício de 2021 o valor de R\$ 0,00, decorrentes de receitas intra-orçamentárias auferidas entre a PM e o Regime Próprio de Previdência Municipal.

RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITA REALIZADA (c)	SALDO A REALIZAR (d) = (c)-(b)
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

c.2. Detalhamento das Despesas Intra-Orçamentárias

No exercício de 2021 o valor empenhado de despesas intraorçamentárias foi de R\$ 37.859,52, decorrentes das contribuições previdenciárias em favor do Regime Próprio de Previdência.

DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e)-(f)
DESPESAS CORRENTES	99.000,00	99.000,00	37.859,52	37.859,52	37.859,52	61.140,48
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	99.000,00	99.000,00	37.859,52	37.859,52	37.859,52	61.140,48

c.3. Despesa Executada por Tipo de Crédito (Inicial, Suplementar, Especial e Extraordinário)

Das dotações orçamentárias iniciais somados com os créditos suplementares foi empenhado o valor de R\$ 1.685.706,63

TIPOS DE CRÉDITO	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e)-(f)
INICIAL	3.568.500,00	3.568.500,00	1.553.248,86	1.553.248,86	1.553.248,86	2.015.251,14
SUPLEMENTAR	0,00	219.000,00	132.457,77	132.457,77	132.457,77	86.542,23
ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXTRAORDINÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMANEJAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.568.500,00	3.787.500,00	1.685.706,63	1.685.706,63	1.685.706,63	2.101.793,37

c.4. Atualização monetária autorizadas por lei antes e após a publicação da LOA

Não houve atualização monetária autorizadas por lei utilizadas neste demonstrativo.

c.5. Detalhamento dos Recursos de Exercícios Anteriores utilizados para financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente

As disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa vindas do exercício de 2020 foram de R\$ 331.455,49. Destes valores vindos do exercício anterior, quanto aos recursos próprios, foram utilizados para realização de despesas orçamentárias do exercício corrente, enquanto os recursos vinculados obedeceram às regras definidas em legislação própria.

c.6. Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas para dar suporte ao Déficit Orçamentário:

As transferências financeiras concedidas somam R\$ 0,00. Enquanto as recebidas somam R\$ 959.845,47, estas ingressas a título de repasses recebidos, para o exercício financeiro de 2021.

d) Outras Informações Relevantes

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Não se aplica a este demonstrativo.

d.2. Divulgações não financeiras

Não se aplica a este demonstrativo.

d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

Manasséis Braz Bezerra

Secretário de Ação Social , CPF 064.474.434-08

Gilvan Rodrigues Torres

Contador, CRC 012819



Documento Assinado Digitalmente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, MANOEL MARCOS ALVES FERREIRA
Assinatura em: https://etce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.aspx?Codigo=documento:a7e697d0-3e94-447e-8fe7-dd89fc7266a7

Fundo Municipal de Educação de Pombos - 2021

Pombos/PE - CEP:
CNPJ Nº: 30.531.744/0001-01 Telefone:

Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64
2021



Documento Assinado digitalmente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, RAFAEL MARCOS ALVES FERREIRA
Acesse em: https://e-cpf-e-pe.gov.br/epj/validarDoc.seam Código do documento: 77777777-7777-7777-7777-77777777

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
	(a)	(b)	(c)	(d) = (c - b)
Receitas Correntes (I) (Nota 1)	29.285.500,00	29.285.500,00	24.945.761,52	-4.339.738,48
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-
Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições Econômicas	-	-	-	-
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação	-	-	-	-
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	207.000,00	207.000,00	120.859,17	-86.140,83
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	207.000,00	207.000,00	120.859,17	-86.140,83
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	29.078.500,00	29.078.500,00	24.824.902,35	-4.253.597,65

Fundo Municipal de Educação de Pombos - 2021

Pombos/PE - CEP:
CNPJ Nº: 30.531.744/0001-01 Telefone:

Balanco Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64
2021



Documento Assinado digitalmente por: ELVAN RODRIGUES TORRES, MANOEL MARCOS ALVES FERREIRA
Acesse em: https://e-cf-e-cf.gov.br/epm/validador.jsam Código do documento: e697db-3e94-447-e-8fe7-4d89cf7256a7

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
	(a)	(b)	(c)	(d) = (c - b)
Transferências da União e de suas Entidades	8.326.500,00	8.326.500,00	6.254.437,31	-2.072.062,69
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	350.000,00	350.000,00	-	-350.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	20.402.000,00	20.402.000,00	18.570.465,04	-1.831.534,96
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	-
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
Receitas de Capital (II) (Nota 2)	880.000,00	880.000,00	-	-880.000,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	880.000,00	880.000,00	-	-880.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	880.000,00	880.000,00	-	-880.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	-	-	-
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-

Fundo Municipal de Educação de Pombos - 2021

Pombos/PE - CEP:
CNPJ Nº: 30.531.744/0001-01 Telefone:

Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64
2021



Documento Assinado Digitalmente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, MANOEL MARCOS ALVES FERREIRA
Acesse em: https://e-receite.pe.gov.br/epj/vvalidadoc/seam Código do Documento: a7e697db-3e94-447e-816f-721d89c7256a7

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
	(a)	(b)	(c)	(d) = (c - b)
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	-
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização de Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	30.165.500,00	30.165.500,00	24.945.761,52	-5.219.738,48
Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV) (Nota 3)	30.165.500,00	30.165.500,00	24.945.761,52	-5.219.738,48
DÉFICIT (VI) (Nota 7)	-	-	952.206,93	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	30.165.500,00	30.165.500,00	25.897.968,45	-
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-
(Utilizados para Créditos Adicionais)	-	-	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

[illegible]

Anexo 12, Lei nº 4.320/64
2021

[illegible]

Fundo Municipal de Educação de Pombos - 2021

Pombos/PE - CEP:
CNPJ Nº: 30.531.744/0001-01 Telefone:

Balanço Orçamentário
Anexo 12, Lei nº4.320/64
2021



Documento Assinado Digitalmente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, MANOEL MARCOS ALVES FERREIRA
Acesse em: <https://petic.tribe-pe.gov.br/epj/vvalidadoc/seam/Código-do-documento:a7e697d0-3e94-447e-8fe7-dd89fc7266a7>

Execução de Restos a Pagar Não Processados	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a + b - c - d - e)
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL (Nota 8)	-	-	-	-	-	-

Fundo Municipal de Educação de Pombos - 2021

Pombos/PE - CEP:
CNPJ Nº: 30.531.744/0001-01 Telefone:

Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64
2021



Documento Assinado Digitalmente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, MANOEL MARCOS ALVES FERREIRA
Acesse em: <https://etce.te.pe.gov.br/epj/vvalidadoc.seam> Código do documento: a7e697d0-3e94-447e-8fe7-dd89fc7266a7

Execução de Restos a Pagar Processados	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b - c)
Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL (Nota 9)	-	-	-	-	-

Leila Clara Miranda Pimentel
Secretária de Educação
CPF 794.628.984-72

Gilvan Rodrigues Torres
Contador
CRC 012819

Fundo Municipal de Educação de Pombos
Nota Explicativa
Balanço Orçamentário
Anexo 12, Lei nº 4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, M. ANTONIO EL MARQUEZ SAVALLE DE MORAES
Acesse em: <https://etce.tce-pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 2769740-3e817644-8e7c0917-266a7

a) Informações Gerais

a.1. Nome da entidade

Fundo Municipal de Educação de Pombos

CNPJ: 30.531.744/0001-01

a.2. Domicílio da entidade

,
Pombos – PE
CEP:

a.3. Dados do gestor

Leila Clara Miranda Pimentel
Cargo: Secretária de Educação
CPF: 794.628.984-72

a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

Gilvan Rodrigues Torres
CRC: 012819

a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O Fundo Municipal de Educação de Pombos concebido quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 133-3 “Fundo Público da Administração Direta Municipal” possui como atividade principal “Administração Pública em Geral”. Durante o exercício de 2021 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 954 de 2021 (LOA 2021). Sua fonte financeira é a arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 877/2018, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07 (atualizado em Janeiro/2020). Os registros contábeis são aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidades do Município de Pombos:

Fundo Municipal de Educação de Pombos

b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas

b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, recursos



[Download this article](#)
[Download this article](#)
[Download this article](#)
[Download this article](#)

depois das eleições municipais de 2016, a Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento, emitiu o Edital nº 001/2017, para a contratação de uma empresa para a prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica para a elaboração do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. A empresa vencedora foi a [nome da empresa], que foi contratada para elaborar o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. O Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo foi aprovado pelo Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano em 2017 e pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente em 2018. O Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo é o instrumento de planejamento e desenvolvimento urbano do Município de São Paulo, que define a política urbana e o plano de desenvolvimento urbano do Município de São Paulo. O Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo é o instrumento de planejamento e desenvolvimento urbano do Município de São Paulo, que define a política urbana e o plano de desenvolvimento urbano do Município de São Paulo.

depois das eleições municipais de 2016, o partido foi substituído por uma nova legenda, o Partido Social Democrático (PSD), e passou a ser o maior partido da Câmara Municipal de São Paulo, com 15 vereadores. O partido também é o maior partido do Brasil, com 15.000 filiados em 2016.

depois das eleições municipais de 2016, a Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento, emitiu o Edital nº 001/2017, para a contratação de serviços de consultoria técnica para a elaboração do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. O Edital foi publicado no Diário Oficial do Município de São Paulo em 14 de março de 2017.

depois das eleições municipais de 2016, a Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, promoveu o lançamento do livro "A História da Prefeitura Municipal de São Paulo", que narra a trajetória da administração pública municipal desde sua criação em 1889. O livro é dividido em três volumes, abordando o período da República Velha, o Estado Novo e o Regime Militar. A obra é considerada uma importante referência para o conhecimento da história da cidade e da gestão pública municipal.

depois das eleições municipais de 2016, a Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento, desenvolveu o Projeto de Lei nº 1.266/2017, que instituiu o Conselho Municipal de Políticas Públicas de Saúde (CMPPS) e o Conselho Municipal de Políticas Públicas de Educação (CMPPPE).

depois das eleições municipais de 2016, o partido foi reeleito para o cargo de deputado estadual. Em 2018, foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro. Em 2020, foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro. Em 2022, foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro. Em 2024, foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro.

depois das eleições municipais de 2016, a Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento, desenvolveu o Projeto de Planejamento e Gestão da Prefeitura Municipal de São Paulo, com o objetivo de melhorar a gestão pública e a transparência.

depois das eleições municipais de 2016, a Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, realizou um processo de licitação para a contratação de uma empresa para a prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica para a elaboração e implementação de projetos de desenvolvimento econômico e social. A licitação foi realizada em 15 de março de 2017, com o Edital nº 001/2017, e a empresa vencedora foi a [nome da empresa], inscrita no CNPJ nº [número do CNPJ].

depois das eleições municipais de 2016, a Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, realizou um levantamento das demandas dos cidadãos e das organizações da sociedade civil, com o objetivo de identificar as principais necessidades e prioridades para a implementação de políticas públicas. O levantamento foi realizado por meio de uma consulta pública, que recebeu mais de 10 mil contribuições. As demandas foram agrupadas em sete eixos temáticos: 1. Educação; 2. Saúde; 3. Segurança; 4. Meio Ambiente; 5. Cultura; 6. Trabalho e Renda; e 7. Participação Cidadã. A partir desses dados, a Prefeitura elaborou o Plano Estratégico de Políticas Públicas para o Município de São Paulo, que estabelece as diretrizes e prioridades para a gestão municipal nos próximos anos.

depois das eleições municipais de 2016, a Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, realizou um processo de licitação para a contratação de uma empresa para a prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica para a elaboração de um plano de gestão de resíduos sólidos urbanos (RSU) para o município de São Paulo. A licitação foi realizada por meio de Edital nº 001/2016, publicado no Diário Oficial do Município de São Paulo em 15 de março de 2016. A empresa vencedora foi a [nome da empresa], que foi contratada para a elaboração do plano de gestão de RSU para o município de São Paulo. O plano de gestão de RSU para o município de São Paulo foi elaborado e aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA) em 15 de maio de 2016. O plano de gestão de RSU para o município de São Paulo é um documento que estabelece as diretrizes e objetivos da gestão de RSU para o município de São Paulo, bem como as ações a serem realizadas para a implementação das diretrizes e objetivos estabelecidos no plano. O plano de gestão de RSU para o município de São Paulo é um documento que estabelece as diretrizes e objetivos da gestão de RSU para o município de São Paulo, bem como as ações a serem realizadas para a implementação das diretrizes e objetivos estabelecidos no plano.

depois das eleições municipais de 2016, o partido foi renomeado para Partido Social Democrático (PSD) e passou a ser o maior partido da oposição no Brasil. O partido também é conhecido por suas alianças com outros partidos, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Republicano Brasileiro (PRB).

depois das eleições municipais de 2016, a Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, promoveu a realização de uma série de eventos culturais, incluindo a realização de uma série de oficinas de teatro, dança e música, com o objetivo de promover a cultura e o lazer da população. A Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, promoveu a realização de uma série de eventos culturais, incluindo a realização de uma série de oficinas de teatro, dança e música, com o objetivo de promover a cultura e o lazer da população.

depois das eleições municipais de 2016, o partido foi renomeado para Partido Social Democrático (PSD) e passou a ser o maior partido da oposição no Brasil. O partido também é conhecido por suas alianças com outros partidos, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Republicano Brasileiro (PRB).

depois das eleições municipais de 2016, o partido foi renomeado para Partido Social Democrático (PSD) e passou a ser o maior partido da oposição no Brasil. O partido também é conhecido por suas alianças com outros partidos, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Republicano Brasileiro (PRB).

[illegible]

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução do valor recuperável do intangível.

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

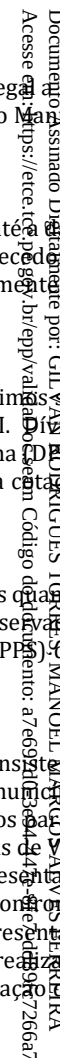
As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos do município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alteração significativas no Balanço Orçamentário.

Não houve julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orcamentário.

c.1. Orçamento do município de Pombos – Exercício de 2021



A receita orçamentária prevista para o exercício de 2021 foi de R\$ 30.165.500,00 e a despesa foi fixada no valor de R\$ 30.165.500,00, ocorreram atualizações por meios de decretos de suplementações orçamentárias, basicamente por convênios firmados com órgãos do governo federal e estadual, bem como por remanejamento de dotações orçamentárias visando adequar a realidade dos órgãos sob o aspecto orçamentário, resultando em uma previsão atualizada de R\$ 28.341.500,00, assim distribuídas:

Lei Orçamentária			
RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)	DESPESA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)
RECEITAS CORRENTES	29.285.500,00	DESPESAS CORRENTES	28.220.500,00
RECEITAS DE CAPITAL	880.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	1.945.000,00
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA E DO RPPS	0,00
TOTAL	30.165.500,00	TOTAL	30.165.500,00

c.2. Notas com Referenciadas Cruzadas

A seguir serão apresentadas as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos usuários.

Nota 1: Receitas Correntes

A previsão de arrecadação de receitas corrente da entidade para o exercício de 2021 foi de R\$ 29.285.500,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 24.945.761,52, o que representa um déficit de arrecadação corrente de R\$ 4.339.738,48.

Nota 2: Receitas de Capital

A previsão de arrecadação de receitas de capital da entidade para o exercício de 2021 foi de R\$ 880.000,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 0,00, o que representa um déficit de arrecadação corrente de R\$ 880.000,00.

Nota 3: Total das Receitas

O total de receitas previstas para o exercício de 2021 conforme Lei Orçamentária Anual foi de R\$ 30.165.500,00 sendo arrecadado o valor de R\$ 24.945.761,52 o que gerou um déficit de arrecadação de R\$ 5.219.738,48. Desta forma, o coeficiente geral de arrecadação foi de 82,70%.

Nota 4: Despesas Correntes

As despesas correntes fixadas para o exercício de 2021 foram de R\$ 28.220.500,00, atualizada pelos créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 25.169.500,00, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 23.504.059,77. As liquidações totalizaram R\$ 23.504.059,77, sendo pagos o montante de R\$ 21.626.830,81, restando de economia orçamentária corrente no valor de R\$ 1.665.440,20.

Nota 5: Despesas de Capital

As despesas de capital fixadas para o exercício de 2021 foram de R\$ 1.945.000,00, atualizada pelos créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 3.172.000,00, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 2.393.908,68. As liquidações totalizaram R\$ 2.088.908,68, sendo pagos o montante de R\$ 2.088.908,68, restando de economia orçamentária de capital no valor de R\$ 778.091,32.

Nota 6: Total das Despesas

A despesa total autorizada para o exercício de 2021 foi de R\$ 30.165.500,00 somando-se os créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 28.341.500,00. O valor total empenhado foi de R\$ 25.897.968,45, liquidado R\$ 25.592.968,45, e o pago R\$ 23.715.739,49. A economia orçamentária foi de R\$ 2.443.531,55. O coeficiente de execução foi de 91,38%.

Nota 7: Resultado Orçamentário

A execução orçamentária compara as receitas arrecadadas R\$ 24.945.761,52, menos as despesas empenhadas R\$ 25.897.968,45, houve um déficit de execução orçamentária na ordem de R\$ 952.206,93. É necessário deixar evidente que este demonstrativo em sua estrutura definida em lei reflete apenas o aspecto orçamentário.

Orçamento	
Receita	
Realizada	24.945.761,52
Prevista	30.165.500,00
(=) Excesso de Arrecadação	-5.219.738,48
Despesa	
Realizada	25.897.968,45
Previsto	28.341.500,00
(=) Economia Orçamentária	2.443.531,55
Resultado	



Documento Assinado Digitalmente por: GILVAN RODRIGUES TORRES MANOEL MARCOS ALVES FERREIRA
Acesse em: <https://etec.ia-pe.gov.br/ep/validarDoc/seamCodigo.do?documento=2769740-3e94-4474-b3fe-dd89f62066a7>

(+) Receita Realizada	24.945.761,52
(-) Despesa Executada	25.897.968,45
(=) Superávit / Déficit de Execução	-952.206,93



Nota 8: Execução de Restos a Pagar Não Processados

Os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizam R\$ 0,00, e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior R\$ 0,00. Desde montante foram pagos R\$ 0,00 e cancelados R\$ 0,00, restando de saldo a pagar R\$ 0,00

Nota 9: Execução de Restos a Pagar Processados

Os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizam R\$ 0,00, e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior R\$ 0,00. Desde montante foram pagos R\$ 0,00 e cancelados R\$ 0,00, restando de saldo a pagar R\$ 0,00

c.3. Procedimentos adotados em relação aos Restos a Pagar Não Processados Liquidados

Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP.

c.4. Utilização do Superávit Financeiro e/ou Reabertura de Créditos Especiais ou Extraordinários

Não houve abertura de crédito adicional utilizando a fonte de equilíbrio Superávit Financeiro o que justificaria possível desequilíbrio orçamentário. Não houve também a reabertura de saldos de dotações devido a créditos adicionais especiais ou extraordinário abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2020.

c.1. Detalhamento das Receitas Intra-Orçamentárias

Foi arrecadado no exercício de 2021 o valor de R\$ 0,00, decorrentes de receitas intra-orçamentárias auferidas entre a PM e o Regime Próprio de Previdência Municipal.

RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITA REALIZADA (c)	SALDO A REALIZAR (d) = (c)-(b)
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

c.2. Detalhamento das Despesas Intra-Orçamentárias

No exercício de 2021 o valor empenhado de despesas intraorçamentárias foi de R\$ 2.505.358,80, decorrentes das contribuições previdenciárias em favor do Regime Próprio de Previdência.

DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e)-(f)
DESPESAS CORRENTES	1.863.500,00	2.677.500,00	2.505.358,80	2.505.358,80	2.505.358,80	172.141,20
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.863.500,00	2.677.500,00	2.505.358,80	2.505.358,80	2.505.358,80	172.141,20

c.3. Despesa Executada por Tipo de Crédito (Inicial, Suplementar, Especial e Extraordinário)

Das dotações orçamentárias iniciais somados com os créditos suplementares foi empenhado o valor de R\$ 25.897.968,45

TIPOS DE CRÉDITO	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e)-(f)
INICIAL	30.165.500,00	30.165.500,00	15.124.794,85	15.094.794,85	15.094.794,85	15.040.705,15
SUPLEMENTAR	0,00	12.136.000,00	10.773.173,60	10.498.173,60	8.620.944,64	1.362.826,40
ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXTRAORDINÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMANEJAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	30.165.500,00	42.301.500,00	25.897.968,45	25.592.968,45	23.715.739,49	16.403.531,55

c.4. Atualização monetária autorizadas por lei antes e após a publicação da LOA

Não houve atualização monetária autorizadas por lei utilizadas neste demonstrativo.

c.5. Detalhamento dos Recursos de Exercícios Anteriores utilizados para financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente

As disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa vindas do exercício de 2020 foram de 829.142,63. Destes valores vindos do exercício anterior, quanto aos recursos próprios, foram utilizados para realização de despesas orçamentárias do exercício corrente, enquanto os recursos vinculados obedeceram às regras definidas em legislação própria.

c.6. Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas para dar suporte ao Déficit Orçamentário:

As transferências financeiras concedidas somam R\$ 344.548,13. Enquanto as recebidas somam R\$ 2.834.110,29, estas ingressas a título de repasses recebidos, para o exercício financeiro de 2021.

d) Outras Informações Relevantes

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Não se aplica a este demonstrativo.

d.2. Divulgações não financeiras

Não se aplica a este demonstrativo.

d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

Leila Clara Miranda Pimentel

Secretária de Educação , CPF 794.628.984-72

Gilvan Rodrigues Torres

Contador , CRC 012819



Documento Assinado Digitalmente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, MANOEL MARCOS ALVES FERREIRA
Assinatura em: https://etce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.htm Código do documento: a7e697d0-3e94-447e-8fe7-dd89fc7266a7

322
323
324
325
326
327
328
329
330
331
332
333
334
335
336
337
338
339
340
341
342
343
344
345
346
347
348
349
350
351
352
353
354
355
356
357
358
359
360
361
362
363
364
365
366
367
368
369
370
371
372
373
374
375
376
377
378
379
380
381
382
383
384
385
386
387
388
389
390
391
392
393
394
395
396
397
398
399
400
401
402
403
404
405
406
407
408
409
410
411
412
413
414
415
416
417
418
419
420
421
422
423
424
425
426
427
428
429
430
431
432
433
434
435
436
437
438
439
440
441
442
443
444
445
446
447
448
449
450
451
452
453
454
455
456
457
458
459
460
461
462
463
464
465
466
467
468
469
470
471
472
473
474
475
476
477
478
479
480
481
482
483
484
485
486
487
488
489
490
491
492
493
494
495
496
497
498
499
500
501
502
503
504
505
506
507
508
509
510
511
512
513
514
515
516
517
518
519
520
521
522
523
524
525
526
527
528
529
530
531
532
533
534
535
536
537
538
539
540
541
542
543
544
545
546
547
548
549
550
551
552
553
554
555
556
557
558
559
560
561
562
563
564
565
566
567
568
569
570
571
572
573
574
575
576
577
578
579
580
581
582
583
584
585
586
587
588
589
590
591
592
593
594
595
596
597
598
599
600
601
602
603
604
605
606
607
608
609
610
611
612
613
614
615
616
617
618
619
620
621
622
623
624
625
626
627
628
629
630
631
632
633
634
635
636
637
638
639
640
641
642
643
644
645
646
647
648
649
650
651
652
653
654
655
656
657
658
659
660
661
662
663
664
665
666
667
668
669
670
671
672
673
674
675
676
677
678
679
680
681
682
683
684
685
686
687
688
689
690
691
692
693
694
695
696
697
698
699
700
701
702
703
704
705
706
707
708
709
710
711
712
713
714
715
716
717
718
719
720
721
722
723
724
725
726
727
728
729
730
731
732
733
734
735
736
737
738
739
740
741
742
743
744
745
746
747
748
749
750
751
752
753
754
755
756
757
758
759
760
761
762
763
764
765
766
767
768
769
770
771
772
773
774
775
776
777
778
779
780
781
782
783
784
785
786
787
788
789
790
791
792
793
794
795
796
797
798
799
800
801
802
803
804
805
806
807
808
809
810
811
812
813
814
815
816
817
818
819
820
821
822
823
824
825
826
827
828
829
830
831
832
833
834
835
836
837
838
839
840
841
842
843
844
845
846
847
848
849
850
851
852
853
854
855
856
857
858
859
860
861
862
863
864
865
866
867
868
869
870
871
872
873
874
875
876
877
878
879
880
881
882
883
884
885
886
887
888
889
890
891
892
893
894
895
896
897
898
899
900
901
902
903
904
905
906
907
908
909
910
911
912
913
914
915
916
917
918
919
920
921
922
923
924
925
926
927
928
929
930
931
932
933
934
935
936
937
938
939
940
941
942
943
944
945
946
947
948
949
950
951
952
953
954
955
956
957
958
959
960
961
962
963
964
965
966
967
968
969
970
971
972
973
974
975
976
977
978
979
980
981
982
983
984
985
986
987
988
989
990
991
992
993
994
995
996
997
998
999
1000
1001
1002
1003
1004
1005
1006
1007
1008
1009
1010
1011
1012
1013
1014
1015
1016
1017
1018
1019
1020
1021
1022
1023
1024
1025
1026
1027
1028
1029
1030
1031
1032
1033
1034
1035
1036
1037
1038
1039
1040
1041
1042
1043
1044
1045
1046
1047
1048
1049
1050
1051
1052
1053
1054
1055
1056
1057
1058
1059
1060
1061
1062
1063
1064
1065
1066
1067
1068
1069
1070
1071
1072
1073
1074
1075
1076
1077
1078
1079
1080
1081
1082
1083
1084
1085
1086
1087
1088
1089
1090
1091
1092
1093
1094
1095
1096
1097
1098
1099
1100
1101
1102
1103
1104
1105
1106
1107
1108
1109
1110
1111
1112
1113
1114
1115
1116
11

Anexo 12, Lei nº 4.320/64

2021

Página 1

Fundo Municipal do Idoso de Pombos - 2021

Pombos/PE - CEP:
CNPJ Nº: Telefone:

Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64
2021



Documento Assinado digitalmente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, MANOEL MARCOS ALVES FERREIRA
Acesse em: <https://e-cpf-e-pe.gov.br/epj/vvalidador.jspx> Código do documento: a7e697db-3e94-447e-8fe7-4d69fc7256a7

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
	(a)	(b)	(c)	(d) = (c - b)
Transferências da União e de suas Entidades	30.700,00	30.700,00	-	-30.700,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	-	-	-
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	-
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
Receitas de Capital (II) (Nota 2)	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências da União e de suas Entidades	-	-	-	-
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	-	-	-
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-

Fundo Municipal do Idoso de Pombos - 2021

Pombos/PE - CEP:
CNPJ Nº: Telefone:

Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64
2021



Documento Assinado Digitalmente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, MANOEL MARCOS ALVES FERREIRA
Acesse em: https://e-cite.pe.gov.br/epj/vvalidadoc.seam Código do Documento: a7e697db-3e94-447e-8f62-1d69fc7256a7

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
	(a)	(b)	(c)	(d) = (c - b)
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	-
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização de Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	33.200,00	33.200,00	-	-33.200,00
Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV) (Nota 3)	33.200,00	33.200,00	-	-33.200,00
DÉFICIT (VI) (Nota 7)	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	33.200,00	33.200,00	-	-
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-
(Utilizados para Créditos Adicionais)	-	-	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

Fundo Municipal do Idoso de Pombos - 2021

Pombos/PE - CEP:
CNPJ Nº: Telefone:

Balanco Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64
2021



Documento Assinado Digitalmente por: GILSON RODRIGUES TORRES, MANOEL MARCOS ALVES FERREIRA
Acesse em: https://e-casas.gov.br/epm/validar_documento.asp Código do Documento: 27e697db-3e94-447e-8f63-22256a75

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j) = (f - g - h - i)
Despesas Correntes (VIII) (Nota 4)	24.200,00	24.200,00	-	-	-	24.200,00
Pessoal e Encargos Sociais	8.900,00	8.900,00	-	-	-	8.900,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	15.300,00	15.300,00	-	-	-	15.300,00
Despesas de Capital (IX) (Nota 5)	9.000,00	9.000,00	-	-	-	9.000,00
Investimentos	9.000,00	9.000,00	-	-	-	9.000,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência (X)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	33.200,00	33.200,00	-	-	-	33.200,00
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII) (Nota 6)	33.200,00	33.200,00	-	-	-	33.200,00
SUPERÁVIT (XIV) (Nota 7)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	33.200,00	33.200,00	-	-	-	33.200,00
Reserva do RPPS	-	-	-	-	-	-

Fundo Municipal do Idoso de Pombos - 2021

Pombos/PE - CEP:
CNPJ Nº: Telefone:

Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64
2021



Documento Assinado Digitalmente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, MANOEL MARCOS ALVES FERREIRA
Acesse em: [https://portalpe.gov.br/epj/vvalidadoc/seam/Código do documento: a7e697d0-3e94-447e-8fe7-dd89fc7266a7](https://portalpe.gov.br/epj/vvalidadoc/seam/Código%20do%20documento%20a7e697d0-3e94-447e-8fe7-dd89fc7266a7)

Execução de Restos a Pagar Não Processados	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a + b - c - d - e)
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL (Nota 8)	-	-	-	-	-	-

Fundo Municipal do Idoso de Pombos - 2021

Pombos/PE - CEP:
CNPJ Nº: Telefone:

Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64
2021



Documento Assinado Digitalmente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, MANOEL MARCOS ALVES FERREIRA
Acesse em: <https://eetce.te.pe.gov.br/epj/vvalidadoc.seam> Código do documento: a7e697d0-3e94-447e-8fe7-dd89fc7266a7

Execução de Restos a Pagar Processados	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b - c - d)
Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL (Nota 9)	-	-	-	-	-

Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Pombos - 2021

PCA JOÃO PESSOA, 42 - CENTRO
Pombos/PE - CEP: 55630-000
CNPJ Nº: 09.186.117/0001-86 Telefone:

Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64

2021



Documento Assinado Digitalmente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, MANOEL MARCOS ALVES FERREIRA
Acesse em: https://e-cab.re-pe.gov.br/epj/validarDoc.seam Código do documento: 7e697db-3e94-447-e-8fe7-dd89fc7266a7

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
	(a)	(b)	(c)	(d) = (c - b)
Receitas Correntes (I) (Nota 1)	148.300,00	148.300,00	353.671,26	205.371,26
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-
Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições Econômicas	-	-	-	-
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação	-	-	-	-
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	8.000,00	8.000,00	7.085,11	914,89
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	8.000,00	8.000,00	7.085,11	914,89
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	120.300,00	120.300,00	346.586,15	226.286,15

Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Pombos - 2021

PCA JOÃO PESSOA, 42 - CENTRO
Pombos/PE - CEP: 55630-000
CNPJ Nº: 09.186.117/0001-86 Telefone:

Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64
2021



Documento Assinado digitalmente por: CILVANO RODRIGUES, MANOEL MARCOS ALVES FERREIRA
Acesse em: https://e-cac.pe.gov.br/pepp/vvalidador.seam?codigo_documento=a7e697db-3e94-447e-8fe7-4d69cf72b6a7

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
	(a)	(b)	(c)	(d) = (c - b)
Transferências da União e de suas Entidades	60.800,00	60.800,00	-	-60.800,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	-	-	-
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	53.500,00	53.500,00	346.586,15	293.086,15
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	6.000,00	6.000,00	-	-6.000,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	20.000,00	20.000,00	-	-20.000,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	13.000,00	13.000,00	-	-13.000,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	7.000,00	7.000,00	-	-7.000,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
Receitas de Capital (II) (Nota 2)	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências da União e de suas Entidades	-	-	-	-
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	-	-	-
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-

Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Pombos - 2021

PCA JOÃO PESSOA, 42 - CENTRO
Pombos/PE - CEP: 55630-000
CNPJ Nº: 09.186.117/0001-86 Telefone:

Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64
2021



Documento Assinado Digitalmente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, MANOEL MARCOS ALVES FERREIRA
Acesse em: <https://e-cite.pe.gov.br/epj/vvalidadoc.seam?CodigoDocumento:27e697db-3e94-447e-8f63-1d69c72b6a7>

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
	(a)	(b)	(c)	(d) = (c - b)
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	-
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização de Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	148.300,00	148.300,00	353.671,26	205.371,26
Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV) (Nota 3)	148.300,00	148.300,00	353.671,26	205.371,26
DÉFICIT (VI) (Nota 7)	-	-	249.352,70	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	148.300,00	148.300,00	603.023,96	-
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-
(Utilizados para Créditos Adicionais)	-	-	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Pombos - 2021

PCA JOÃO PESSOA, 42 - CENTRO
Pombos/PE - CEP: 55630-000
CNPJ Nº: 09.186.117/0001-86 Telefone:

Balanco Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64
2021



Documento Assinado Digitalmente por: SILLVANO RODRIGUES TORRES, MANOEL MARCOS ALVES FERREIRA A
Acesse em: https://e-cas.pe.gov.br/epm/validar_documento.asp?codigo=3e04-447-e-8f69-1d89f-62256a7

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j) = (f - i)
Despesas Correntes (VIII) (Nota 4)	132.800,00	737.800,00	603.023,96	603.023,96	603.023,96	134.776,04
Pessoal e Encargos Sociais	63.000,00	63.000,00	-	-	-	63.000,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	69.800,00	674.800,00	603.023,96	603.023,96	603.023,96	71,04
Despesas de Capital (IX) (Nota 5)	15.500,00	15.500,00	-	-	-	15.500,00
Investimentos	15.500,00	15.500,00	-	-	-	15.500,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência (X)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	148.300,00	753.300,00	603.023,96	603.023,96	603.023,96	150.276,04
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII) (Nota 6)	148.300,00	753.300,00	603.023,96	603.023,96	603.023,96	150.276,04
SUPERÁVIT (XIV) (Nota 7)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	148.300,00	753.300,00	603.023,96	603.023,96	603.023,96	150.276,04
Reserva do RPPS	-	-	-	-	-	-

Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Pombos - 2021

PCA JOÃO PESSOA, 42 - CENTRO
Pombos/PE - CEP: 55630-000
CNPJ Nº: 09.186.117/0001-86 Telefone:

Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64
2021



Documento Assinado Digitalmente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, MANOEL MARCOS ALVES FERREIRA
Acesse em: <https://pccs.cpf.gov.br/epj/vvalidadoc.seam> Código do documento: a7e697d0-3e94-447e-8fe7-dd89fc7266a7

Execução de Restos a Pagar Não Processados	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a + b - c - d - e)
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL (Nota 8)	-	-	-	-	-	-

Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Pombos - 2021

PCA JOÃO PESSOA, 42 - CENTRO
Pombos/PE - CEP: 55630-000
CNPJ Nº: 09.186.117/0001-86 Telefone:

Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64
2021



Documento Assinado Digitalmente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, MANOEL MARCOS ALVES FERREIRA
Acesse em: <https://eetce.te.pb.gov.br/epj/vvalidadoc.seam> Código do documento: a7e697d0-3e94-447e-8fe7-dd89fc7266a7

Execução de Restos a Pagar Processados	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b - c - d)
Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL (Nota 9)	-	-	-	-	-

Jairo Rubens de Lira
Presidente
CPF 081.710814-95

Gilvan Rodrigues Torres
Contador
CRC 012819

Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Pombos

Nota Explicativa

Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº 4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, MAIOEL MARGARETHA VASCONCELOS
Acesse em: <https://etce.tce-pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 7669740-3e8b7644-8e7c-4a91-b931-7266a7

a) Informações Gerais

a.1. Nome da entidade

Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Pombos

CNPJ: 09.186.117/0001-86

a.2. Domicílio da entidade

PCA JOÃO PESSOA, 42
CENTRO, Pombos – PE
CEP: 55630-000

a.3. Dados do gestor

Jairo Rubens de Lira
Cargo: Presidente
CPF: 081.710814-95

a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

Gilvan Rodrigues Torres
CRC: 012819

a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Pombos concebido quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 133-3 “Fundo Público da Administração Direta” possui como atividade principal “Administração Pública em Geral”. Durante o exercício de 2021 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 954 de 2021 (LOA 2021). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 877/2018, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07 (atualizado em Janeiro/2020). Os registros contábeis e demonstrações são aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidades do Município de Pombos:

Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Pombos

b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas

b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, recursos

arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais). Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit. Já os restos a pagar são evidenciados por um quadro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e não processados liquidados e inclui no quadro da execução dos restos a pagar não processados constando: os restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo. Este demonstrativo demonstra em casos de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificando os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas e as contas-mães dos grupos de contas.

b.2. Bases de mensuração utilizadas

Quanto ao sistema orçamentário, de acordo com art. 35 da Lei no 4.320/64 e NBCASP, será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas. O orçamento para o exercício de 2021 seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento, as receitas serão apresentadas por natureza e as despesas serão utilizadas a classificação funcional e por natureza. As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Portaria – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 8ª edição. Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinado no MCASP.

Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1. O caixa e equivalente de caixa

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituintes”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4. Estoques

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, os bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2020, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2020, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.



Assinado digitalmente por: GILVANE ROCHA LOPES TORRES MANOEL MARCOS ALVES DE SOUZA
Data e hora da assinatura: 2021.12.31 15:07:10
Certificado: a7e69760-3e94-4478-bb77-21d8bfc7266a7

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

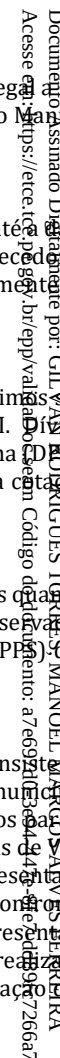
As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos do município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alteração significativas no Balanço Orçamentário.

Não houve julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orcamentário.

c.1. Orçamento do município de Pombos – Exercício de 2021



A receita orçamentária prevista para o exercício de 2021 foi de R\$ 148.300,00 e a despesa foi fixada no valor de R\$ 148.300,00, ocorreram atualizações por meios de decretos de suplementações orçamentárias, basicamente por convênios firmados com órgãos do governo federal e estadual, bem como por remanejamento de dotações orçamentárias visando adequar a realidade dos órgãos solicitantes, resultando em uma previsão atualizada de R\$ 753.300,00, assim distribuídas:

Lei Orçamentária			
RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)	DESPESA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)
RECEITAS CORRENTES	148.300,00	DESPESAS CORRENTES	132.800,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	15.500,00
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA E DO RPPS	0,00
TOTAL	148.300,00	TOTAL	148.300,00

c.2. Notas com Referenciadas Cruzadas

A seguir serão apresentadas as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos usuários.

Nota 1: Receitas Correntes

A previsão de arrecadação de receitas corrente da entidade para o exercício de 2021 foi de R\$ 148.300,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 353.671,26, o que representa um superávit de arrecadação corrente de R\$ 205.371,26.

Nota 2: Receitas de Capital

A previsão de arrecadação de receitas de capital da entidade para o exercício de 2021 foi de R\$ 0,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 0,00, o que representa um déficit de arrecadação corrente de R\$ 0,00.

Nota 3: Total das Receitas

O total de receitas previstas para o exercício de 2021 conforme Lei Orçamentária Anual foi de R\$ 148.300,00 sendo arrecadado o valor de R\$ 353.671,26 que gerou um superávit de arrecadação de R\$ 205.371,26. Desta forma, o coeficiente geral de arrecadação foi de 238,48%.

Nota 4: Despesas Correntes

As despesas correntes fixadas para o exercício de 2021 foram de R\$ 132.800,00, atualizada pelos créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 737.800,00, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 603.023,96. As liquidações totalizaram R\$ 603.023,96, sendo pagos o montante de R\$ 603.023,96, restando de economia orçamentária corrente no valor de R\$ 134.776,04.

Nota 5: Despesas de Capital

As despesas de capital fixadas para o exercício de 2021 foram de R\$ 15.500,00, atualizada pelos créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 15.500,00, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 0,00. As liquidações totalizaram R\$ 0,00, sendo pagos o montante de R\$ 0,00, restando de economia orçamentária de capital no valor de R\$ 15.500,00.

Nota 6: Total das Despesas

A despesa total autorizada para o exercício de 2021 foi de R\$ 148.300,00 somando-se os créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 753.300,00. O valor total empenhado foi de R\$ 603.023,96, o líquido de R\$ 603.023,96, e o pago R\$ 603.023,96. A economia orçamentária foi de R\$ 150.276,04. O coeficiente de execução foi de 80,05%.

Nota 7: Resultado Orçamentário

A execução orçamentária compara as receitas arrecadadas R\$ 353.671,26, menos as despesas empenhadas R\$ 603.023,96, houve um déficit de execução orçamentária na ordem de R\$ 249.352,70. É necessário deixar evidente que este demonstrativo em sua estrutura definida em lei reflete apenas o aspecto orçamentário.

Orçamento	
Receita	
Realizada	353.671,26
Prevista	148.300,00
(=) Excesso de Arrecadação	205.371,26
Despesa	
Realizada	603.023,96
Previsto	753.300,00
(=) Economia Orçamentária	150.276,04
Resultado	



Documento Assinado Digitalmente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, MANOEL MARCOS ALVES FERREIRA
Acesse em: <https://etcc.peg.br/pep/validarDoc/seamCodigoDoDocumento: a7e69750-3e94-4472-b6fe-dd89fe47266a7>

(+) Receita Realizada	353.671,26
(-) Despesa Executada	603.023,96
(=) Superávit / Déficit de Execução	-249.352,70



Nota 8: Execução de Restos a Pagar Não Processados

Os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizam R\$ 0,00, e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior R\$ 0,00. Desde montante foram pagos R\$ 0,00 e cancelados R\$ 0,00, restando de saldo a pagar R\$ 0,00

Nota 9: Execução de Restos a Pagar Processados

Os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizam R\$ 0,00, e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior R\$ 0,00. Desde montante foram pagos R\$ 0,00 e cancelados R\$ 0,00, restando de saldo a pagar R\$ 0,00

c.3. Procedimentos adotados em relação aos Restos a Pagar Não Processados Liquidados

Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP.

c.4. Utilização do Superávit Financeiro e/ou Reabertura de Créditos Especiais ou Extraordinários

Não houve abertura de crédito adicional utilizando a fonte de equilíbrio Superávit Financeiro o que justificaria possível desequilíbrio orçamentário. Não houve também a reabertura de saldos de dotações devido a créditos adicionais especiais ou extraordinário abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2020.

c.1. Detalhamento das Receitas Intra-Orçamentárias

Foi arrecadado no exercício de 2021 o valor de R\$ 0,00, decorrentes de receitas intra-orçamentárias auferidas entre a PM e o Regime Próprio de Previdência Municipal.

RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITA REALIZADA (c)	SALDO A REALIZAR (d) = (c)-(b)
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

c.2. Detalhamento das Despesas Intra-Orçamentárias

No exercício de 2021 o valor empenhado de despesas intraorçamentárias foi de R\$ 0,00, decorrentes das contribuições previdenciárias em favor do Regime Próprio de Previdência.

DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e)-(f)
DESPESAS CORRENTES	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00

c.3. Despesa Executada por Tipo de Crédito (Inicial, Suplementar, Especial e Extraordinário)

Das dotações orçamentárias iniciais somados com os créditos suplementares foi empenhado o valor de R\$ 603.023,96

TIPOS DE CRÉDITO	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e)-(f)
INICIAL	148.300,00	148.300,00	8.470,45	8.470,45	8.470,45	139.829,55
SUPLEMENTAR	0,00	200.000,00	189.553,51	189.553,51	189.553,51	10.446,49
ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXTRAORDINÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMANEJAMENTO	0,00	405.000,00	405.000,00	405.000,00	405.000,00	0,00
TOTAL	148.300,00	753.300,00	603.023,96	603.023,96	603.023,96	150.276,04

c.4. Atualização monetária autorizadas por lei antes e após a publicação da LOA

Não houve atualização monetária autorizadas por lei utilizadas neste demonstrativo.

c.5. Detalhamento dos Recursos de Exercícios Anteriores utilizados para financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente

As disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa vindas do exercício de 2020 foram R\$ 614.209,83. Destes valores vindos do exercício anterior, quanto aos recursos próprios, foram utilizados para realização de despesas orçamentárias do exercício corrente, enquanto os recursos vinculados obedeceram às regras definidas em legislação própria.

c.6. Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas para dar suporte ao Déficit Orçamentário:

As transferências financeiras concedidas somam R\$ 0,00. Enquanto as recebidas somam R\$ 0,00, estas ingressas a título de repasses recebidos, para o exercício financeiro de 2021.

d) Outras Informações Relevantes

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Não se aplica a este demonstrativo.

d.2. Divulgações não financeiras

Não se aplica a este demonstrativo.

d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

Jairo Rubens de Lira
Presidente, CPF 081.710814-95

Gilvan Rodrigues Torres
Contador, CRC 012819



Documento Assinado Digitalmente por: GILVAN RODRIGUES TORRES, MANOEL MARCOS ALVES FERREIRA
Assinatura em: https://etce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.aspx?Codigo=7266a7a7e697d0-3e94-447-e-8fe7-dd89fc7266a7